

Área Temática: Sistemas Empresariais e Impactos Organizacionais da TI

Visões Imbricadas: TempoEspaço e Sociomaterialidade como Perspectivas de um “Território Virtual”

AUTORES

ARIEL BEHR

Universidade Federal do Rio Grando do Sul
behr.ariel@gmail.com

HENRIQUE MELLO RODRIGUES DE FREITAS

CNPq
hf@ea.ufrgs.br

KATHIANE BENEDETTI CORSO

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
kathi_corso@yahoo.com.br

CRISTINA DAI PRÁ MARTENS

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
cristinadpmartens@gmail.com

RESUMO

O presente artigo se estrutura em reflexões sobre o modo como os aspectos imateriais de uma nova realidade social se manifestam e modificam um território, principalmente pelo uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), constituindo uma nova visão, a do “território virtual”. Desta forma, partindo do conceito tradicional de território, o presente artigo apresenta as perspectivas do TempoEspaço e da Sociomaterialidade enquanto visões que indissociam seus respectivos termos, se fazendo pontos de destaque do estudo desse novo conceito de território. Este ensaio aborda então de cada uma das perspectivas citadas, com foco na realidade organizacional, entendendo que o estudo do território em uma realidade organizacional permite definir um contexto que, em princípio numa perspectiva bergeriana, pode se organizar por processos ou fluxos, envolvendo atores (humanos e tecnológicos), com ações e objetivos definidos. Os efeitos e implicações das perspectivas analíticas da sociomaterialidade e da relação TempoEspaço não podem ser mensurados a priori, todavia a argumentação trazida apresenta indícios de implicações do entendimento do “território virtual” nas análises de realidades organizacionais, e também na relação indivíduo-tecnologia.

ABSTRACT

This article is structured in reflections on how the immaterial aspects of a new social reality manifest and modify a territory, mainly by the use of Information and Communication Technologies (ICTs), constituting a new vision, the "virtual territory". Thus, starting from the traditional concept of territory, this article presents the perspectives of TimeSpace and Sociomateriality while visions that indisociate their respective terms, becoming highlights of the study of this new concept of territory. This theoretical essay then addresses each of the aforementioned perspectives, focusing on organizational reality, understanding that the study of territory in an organizational reality allows to define a context that, in a bergerian perspective, can be organized by processes or flows, involving actors (human and technological), with defined objectives and actions. The effects and implications of the analytical perspectives of sociomateriality and the TimeSpace relation can not be measured a

priori, however, the arguments brought presents evidence of implications on understanding the "virtual territory" in the analysis of organizational realities, and also in the relationship between individual and technology.

Palavras-chave: Território Virtual. Sociomaterialidade. TempoEspaço.

1. Introdução

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), potencializado pela internet, faz do homem um ser capaz de agir numa noção de tempo e espaço mais fluida ou comprimida, que deve ser repensada nos mais diferentes cenários (HARVEY, 2007). Pensado nas redes formadas por estas tecnologias, pode-se afirmar que os aspectos imateriais ganham destaque quando se analisa um território, mas principalmente quando se analisa os movimentos de uma sociedade nesses territórios. Este destaque dos aspectos imateriais é dado por Haesbaert (2004, p.268) ao observar que, sendo o território constituído por relações de poder, “a menor carga material dos mecanismos de controle informatizados levaria [...] a uma espécie de ‘desterritorialização’ pelo ciberespaço”, onde se pode “exercer controle sobre territórios muito distantes, e a descontinuidade de nossos territórios se torna muito mais corriqueira”.

Neste sentido, as TICs, fundamentalmente pelo aspecto da comunicação, deslocam a referência de tempo e espaço constante na interação entre os indivíduos envolvidos num processo de troca de informações. O que de fato muda é que a presença física do indivíduo não é mais o fator essencial para sua ação, mas sim a presença de seu *virtus* que no latim significa “força” ou “potência”, e na visão de Lévy (2002) caracteriza a virtualização. Então, é virtual aquilo que existe como possibilidade, tendo aptidão para se realizar, e que é algo não-material. Assim, a virtualização deve ser vista como uma dinâmica atuante “na construção de novos territórios, tenham eles uma maior carga funcional ou simbólica, sejam eles mais estáveis ou em constante movimento” (HAESBAERT, 2004, p.274).

Uma representação disso pode ser verificada no segmento das tecnologias móveis (como telefones celulares e notebooks), que por sua portabilidade permitem novas formas de interação na sociedade, com novos tempos e em novos contextos, mudando as experiências individuais e o modo de viver em todos os setores (DOURISH, 2004). Kakiyama e Sorensen (2001) afirmam que pelo o uso destas tecnologias é possível que se promova uma mobilidade espacial, temporal e contextual; sendo que na mobilidade espacial, o uso integrado da internet tem apoiado e facilitado atividades sociais e econômicas que exigem uma troca rápida de símbolos. Assim, a mobilidade dos símbolos, e conseqüentes viagens simbólicas pela internet, geram uma realidade espacial distinta: a mobilidade do espaço em si mesmo (KAKIHARA; SORENSEN, 2001).

O entendimento do que vem a ser um “território virtual”, surge então da mudança que sofre o conceito tradicional de território, por conta da presença das TICs no mesmo. Diferentes abordagens sobre “território virtual” são encontradas na literatura. O artigo de Rebs (2009) é um exemplo que aplica este conceito em um estudo conduzido em uma rede social virtual, definindo esta rede como o território, porém, abordando pouco a origem ou a escolha do conceito.

Outra visão é a trazida por Haesbaert (2009), quando afirma que um território que só existe no imaginário das pessoas pode ser entendido somente como territorialização sem território, ou sumariamente, a adesão somente idealizada a um território. O autor exemplifica esta situação com o caso da “Terra Prometida” dos judeus, mas neste sentido, teríamos uma representação de “território virtual” absolutamente conceitual, que seria apenas territorialidade. Esta situação é vista como um caso limite onde se está considerando que um “território” absolutamente “virtual”, não deixa de existir, logo, não deixa de ser real.

Nesta linha, Haesbaert (2007) define também o conceito de território-rede, ou seja, um território que é constituído de nós (ponto das relações sociais), malhas (conjunto de pontos e conexões entre agentes) e redes (ligações entre os agentes sociais) (RAFFESTIN, 1993). Este conceito remetendo à reflexão acerca do papel das TICs neste território.

Neste artigo, entende-se que o “território virtual” ou “território (do) virtual” é este território que convive com a interação tecnológica, e com a sobreposição de diferentes territórios. Assim, a problemática verificada neste artigo se estrutura em reflexões sobre o modo como os aspectos imateriais se manifestam e modificam um território, auxiliando na compreensão da seguinte pergunta: *como o uso das TICs constitui um novo território*, considerado aqui como “território virtual”? Dessa forma, o artigo tem por objetivo apresentar as perspectivas do TempoEspaço e da Sociomaterialidade enquanto visões que indissociam seus respectivos termos, considerados como pontos de destaque no estudo de um “território virtual”, existente na realidade das TICs.

O artigo é construído na forma de um ensaio teórico que traz a abordagem territorial sendo agregada das perspectivas da sociomaterialidade e da relação entre as dimensões tempo e espaço (ou TempoEspaço), enquanto visões particulares que apresentam seus termos de forma indissociada, ou seja, o social imbricado no material, e o tempo imbricado no espaço. São duas perspectivas que aparecem como dimensões analíticas possíveis em um território, que se altera na realidade das TICs, assim como se altera o social, o material, o tempo e o espaço.

O contexto tecnológico deve ser visto aqui como promotor de um processo distinto de territorialização, onde o território, mergulhado nos sistemas em rede, multiescalares, se torna mais complexo, em razão das características mais híbridas e flexíveis que adquire (HAESBAERT, 2004). O reflexo desta realidade complexa aparece nos mais diversos territórios e nas mais diversas escalas do mesmo, porém, a título de definição, neste artigo, as argumentações trazidas tem como pano de fundo o estudo de um território ocupado por uma organização. Sendo assim, acredita-se que a relevância deste estudo esteja na possibilidade de aliar o estudo do território aos estudos da Administração e dos Sistemas de Informação, além de estabelecer relações empíricas com os referenciais verificados na literatura.

No sentido de melhor esclarecer os conceitos que estão sendo abordados, este artigo está estruturado trazendo, após esta introdução, alguns pontos da relação entre as definições conceituais de território. Em seguida, nas seções 3 e 4, apresentam-se autores que agregam as perspectivas analíticas para este território, abordando aspectos relacionados ao tempo e espaço (ou TempoEspaço) e à visão da sociomaterialidade, respectivamente. Após, na seção 5, são realizadas discussões sobre estas perspectivas de análise de um “território virtual”. E, por fim, na última seção, são trazidas algumas considerações sobre o que está sendo proposto no artigo.

2. O Território e a Dinâmica Territorial

Como afirma Saquet (2009), hoje se vê que o espaço está no tempo e o tempo está no espaço, mas a convergência desses conceitos foi aumentando. Originalmente as elaborações teóricas realizadas acerca do conceito de espaço eram dirigidas pela perspectiva do materialismo histórico e dialético, visto apenas como posição geográfica. Esta visão foi modificada somente nas décadas de 60 e 70, quando os estudos da área da geografia passaram a considerar as contradições, lutas de classe e formas históricas de mudanças sociais, trazendo uma renovação da perspectiva dominante (SAQUET, 2009).

Naquele momento, o conceito de espaço assumiu caráter relacional, passando a considerar as distâncias, as localizações, as extensões, os custos, as informações e as interações sociais (HARVEY, 1969 *apud* SAQUET, 2009). Na década de 80, os estudos geográficos, influenciados por pesquisadores italianos e suíços, passaram a centrar suas argumentações no conceito de território, tendo este maior abrangência, e deixando de lado a visão do espaço enquanto área contínua, com características específicas e com certa estabilidade e homogeneidade (SAQUET, 2007; 2009).

Nessa nova perspectiva o território passou a contemplar a presença do homem, trazendo características de um espaço transformado historicamente pelas sociedades (SAQUET, 2009). Nessa visão, o território é um espaço onde atores depositam trabalho, energia e informação, e é onde se revelam “relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Assim, como afirma Sack (1986 *apud* Haesbaert, 2009), o território é visto como um espaço de dominação política, ou como um espaço de acesso controlado.

O elemento essencial deste território é então o poder, ou melhor, o estabelecimento das relações de poder. Souza (2009, p.59) afirma que o território é um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder, e que não necessariamente está vinculado à identificação de fronteiras regionais bem definidas, mas sim aos indivíduos e objetivos que se consolidam em um determinado lugar. E sendo o território caracterizado pelas relações de poder existentes, sua definição passa a ser constantemente modificada, uma vez que estas relações se comportam assim. Logo, o caráter dinâmico do território também o define, e a compreensão deste movimento se faz necessária para seu entendimento.

A complexidade inerente ao fator social do território remete à impossibilidade de se restringir o conceito em única definição, fazendo com que, muitas vezes, a preocupação dos teóricos esteja mais para dizer o que o território não é, do que de fato ele é. Congregando a visão de outros autores, Haesbaert (2009) traz o entendimento acerca do conceito de território, destacando o aspecto social mutante que o caracteriza, ao enfatizar o que vem a ser a *territorialização*. Esse conceito representa justamente o movimento no território, vindo este como um processo. Sumariamente é um processo de aproximação/entrada, afastamento/saída e reaproximação/reentrada no território, ou seja, um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, respectivamente. Inclusive, muitos autores utilizam então o termo ‘territorialização-desterritorialização- reterritorialização’ (T-D-R), para destacar este processo como algo em movimento, indissociável e subseqüente (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2007, 2009; SAQUET, 2007, 2009). Complementando essa característica, Haesbaert (2009) traz a visão de Deleuze e Guattari (1996) afirmando que não há território sem vetor de saída, e não existe desterritorialização sem um esforço do indivíduo para se reterritorializar em uma nova parte.

O território é então constituído no movimento, mas caracterizado nas dimensões econômica-política-cultural-natural (E-P-C-N) (SAQUET, 2009). Todavia, também se faz importante observar a forma como o indivíduo se percebe neste território, ou seja, observando as representações de sua *territorialidade*. Para Raffestin (1993) a territorialidade pode ser vista como um fenômeno social que envolve indivíduos mediados pelo território, sendo que tal mediação é mutante no tempo e no espaço. Em uma visão mais abrangente, Robert Sack (1983 *apud* Saquet, 2009) diz que a territorialidade se refere às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou de um grupo em controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área determinada.

Nesse contexto surge o conceito de *multiterritorialidade*, trazido por Haesbaert (2007, p.19), e sendo entendida como “uma alternativa conceitual dentro do processo denominado por muitos de desterritorialização”. O autor entende a desterritorialização como um mito, e apresenta a visão de que um indivíduo transita entre múltiplos territórios e múltiplas territorializações, o que só pode ser compreendido quando se diferenciam os conceitos de *territórios-zona* e *territórios-rede*. O primeiro conceito remete a uma noção mais “tradicional” ou zonal, preocupada com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas; e o segundo conceito remete a uma lógica reticular (ou empresarial), controladora de fluxos por meio de uma rede que une os territórios (HAESBAERT, 2007).

Existe, então, na multiterritorialidade, a “conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários”, remetendo a uma “sobreposição

lógica de territórios, hierarquicamente articulados, encaixados” (HAESBAERT, 2007, p.32-33). O entendimento do que vem a ser esta multiterritorialidade contempla uma revisita conceitual, não apenas quantitativa, mas também qualitativa, pela maior diversidade de territórios. Isso se dá em função de que hoje existe a possibilidade de combinar a intervenção nesses territórios, tanto pela possibilidade ações mediadas pelas TICs, quanto pela intensificação e facilitação econômica da mobilidade física (HAESBAERT, 2009).

Essas múltiplas realidades permitem então que o indivíduo vivencie múltiplas formas de territorialidade, de forma simultânea e sobreposta (com o auxílio das TICs), ou sucessiva (para a mobilidade física), instaurando uma "experiência espacial integrada" que se constitui de uma dimensão tecnológico-informacional; de uma compressão de espaço e tempo com múltiplas formas de poder e; de uma dimensão cultural-simbólica com a identificação territorial ocorrendo no/com o próprio movimento (HAESBAERT, 2007). O fator tecnológico ganha destaque na multiterritorialidade, e apresentar maneiras de analisar essa realidade é o que se pretende nas seções seguintes deste artigo.

3. Relação Entre Tempo e Espaço: o TempoEspaço

São muitos os autores que abordam a relação ente espaço e tempo, como visto na seção anterior, todavia, opta-se por focar aqui em alguns autores que tratam do aspecto imbricado entre tempo e espaço, e principalmente, do uso de tecnologias de informação como promotor desta realidade num contexto organizacional. Inicia-se pelo trabalho de Santos (2011), cujo foco está em explorar o trabalho móvel, argumentando que na contemporaneidade “o trabalho adquiriu a possibilidade de ser realizado ‘a qualquer hora e em qualquer lugar’ e que, particularmente, pode ser realizado em movimento, enquanto a pessoa que trabalha desloca-se de um lugar a outro” (SANTOS, 2011, p.8).

Nessa realidade do trabalho móvel, a conexão do trabalhador com o trabalho se faz pelo uso de TICs, e por conta deste uso a noção de lugar do trabalho se perde. Assim, as próprias reflexões sobre o que o trabalho representa sofrem modificações, e se torna evidente a impossibilidade de se analisar de forma separada os elementos tempo e espaço desse tipo de trabalho. É por meio desses dois aspectos da vida social que se faz possível contextualizar um processo histórico, localizando a ocorrência de seus fenômenos. Cientes disso, May e Thrift (2001 *apud* SANTOS, 2011) trazem o termo *timespace* (TempoEspaço) na tentativa inibir qualquer indissociação entre estas duas dimensões. Todavia, esta associação é trabalhada desde antes do termo cunhado pelos autores, como, por exemplo, na obra de Huggett (1999), que apresenta diversas perspectivas teóricas sobre a concepção do espaço, e marca historicamente esta transição do espaço para o espaço-tempo.

Em uma abordagem bastante amparada em conceitos da física, Huggett (1999, p.189) afirma que “o espaço é uma coleção de possíveis lugares, e o tempo uma coleção de possíveis instantes”, assim, quando se pensa em um espaço-tempo, está se pensando em um recorte do “espaço-em-um-instante”. Estes recortes do espaço-tempo são vistos como *pontos*, que quando relacionados a alguma ocorrência, são conhecidos como *eventos*.

O evento seria então a unidade espaço-temporal mínima, e a separação entre dois eventos traçaria uma linha espacial e temporalmente definida (HUGGETT, 1999). Afastando essa relação da física, e aproximando-a das ciências sociais, pode-se perceber que essa linha entre dois eventos representa um processo histórico, carregado de elementos e relações sociais e materiais. A consideração desse tipo de aproximação é explorada por May e Thrift (2001), trazendo uma compilação de alguns ensaios que abordam diferentes modos contemporâneos de se teorizar TempoEspaço. Os autores afirmam que

o conceito de TempoEspaço baseia-se no fato de que, assim como se reconheceu que a natureza e a experiência do tempo social são múltiplas e heterogêneas, a construção do tempo social também é múltipla e dinâmica, e para compreender tal constituição é necessário explorar questões da prática social em domínios inter-relacionados, cada um deles constituído espacialmente (MAY; THRIFT, 2001 apud SANTOS, 2011, p.22).

May e Thrift (2001) dizem serem quatro os domínios inter-relacionados da prática social: 1) horários, calendários e ritmos; 2) sistemas de disciplina social; 3) instrumentos e dispositivos; e 4) textos (que podem ser entendidos como veículos de translação, voltados a atribuir sentido social para as novas conceituações de TempoEspaço). Santos (2011) utiliza esses domínios enquanto dimensões analíticas do trabalho móvel, e, no que tange aos *horários, calendários e ritmos*, aborda o tempo como algo socialmente construído em função, por exemplo, do “ciclo do dia, do ritmo das estações e dos ritmos do corpo”. Na investigação do trabalho móvel é verificada uma adequação dos ritmos da vida, em função dos ritmos do trabalho, com reflexos fisiológicos como dificuldades relacionadas ao sono, perda de peso e cansaço físico decorrente do excesso de deslocamentos.

Ao analisar os *sistemas de disciplina social*, Santos (2011) trata do sentido de tempo construído em determinados lugares, como a fábrica, o escritório ou em casa. São identificados aspectos como a vigilância na apropriação do tempo do trabalhador por parte do empregador, através da criação de regras de prestação de informações associadas ao suporte da tecnologia. Essas regras dissolvem a questão espacial em nome de ganhos com eficiência, produtividade, custo, escala, sincronização e infraestrutura. Outro aspecto destacado a respeito desse domínio está relacionado com a disciplina promovida pelo sistema de organização e controle dos processos de viagens aéreas, por exemplo, que exige dos indivíduos a chegada antecipada aos aeroportos, para o processamento adequado dos embarques.

No que se refere aos *instrumentos e dispositivos*, são destacados os usos de objetos que dão sentido ao tempo construído, como o relógio e o telefone, por exemplo. Na realidade do trabalho móvel, o telefone móvel celular e o computador portátil são vistos como dois objetos intensamente presentes, todavia, outros instrumentos e dispositivos como o despertador, o *pen drive* e o próprio avião, também são considerados. Tem especial destaque na abordagem de Santos (2011) o telefone móvel celular, por ter o potencial de marcar o sentido de tempo e espaço do indivíduo. Considerando os *textos*, sejam eles impressos, orais ou eletrônicos, a mesma autora destaca a sua importância para o modo como o indivíduo age no TempoEspaço.

São verificadas formas particulares de pensar com essas dimensões, surgindo significados que indissociam os termos tempo e espaço, mas também aqueles que os relacionam com a atividade desempenhada, e com a experiência vivida neste espaço-tempo (SANTOS, 2011). Neste contexto, como argumenta a autora, a relação pessoa-lugar-trabalho acontece em qualquer lugar, seja “no aeroporto ou no avião, quando [...], entre outros, o corpo, o lugar, a natureza, o objeto e o Outro estão envolvidos com o mesmo programa de ação da pessoa que trabalha” (p.292). Assim, são muitos os atores envolvidos na relação do indivíduo com o tempo e com o espaço, e é evidente a complexidade da análise deste contexto de TempoEspaços e indivíduos com diversos objetivos.

As visões de outros autores já tratados, como Harvey (2007), Haesbaert (2007) e Saquet (2007, 2009), contemplam essa realidade complexa, todavia, não traçam possibilidades de sua análise. Esses autores consideram a indissociação de espaço e tempo, porém não trazem a visão do indivíduo que, no limite, seria a escala mínima do território (FERNANDES, 2009). Assim, uma visão contemporânea de como se articulam os aspectos subjetivos e objetivos, aparece como complemento ao que já se abordou.

4. A Perspetiva da Sociomaterialidade

A perspectiva da sociomaterialidade é posta como uma premissa de que os aspectos sociais e materiais das organizações não têm significados inerentes determinados, devendo ser vistos como partes de uma realidade inseparável, ou indissociável na prática (BARAD, 2007; ORLIKOWSKI, 2007; LEONARDI; BARLEY, 2008; ORLIKOWSKI; SCOTT, 2008). As críticas sobre essa perspectiva taxam-na de modismo da área dos Sistemas de Informação, argumentando ser um simples desdobramento da visão sócio técnica, e de visões que se fundamentam na sociologia de Bruno Latour. E, de fato, a visão sociomaterial é decorrente dessa corrente teórica, porém, essa perspectiva dá foco especial aos agentes tecnológicos, tratando-os como agentes participativos da mudança. Assim, é posta a visão de que existe interação entre tecnologias, pessoas e organizações; mas num cenário onde os fatores sociais mudam em função dos tecnológicos, e os tecnológicos também mudam em função dos sociais.

A visão de Orlikowski (2007) é uma das principais, ou a principal referência sobre a sociomaterialidade no contexto organizacional, e por este motivo se faz predominante nesta seção do presente artigo. Essa abordagem tem o contexto organizacional como ponto de partida, e também a premissa de que as organizações de hoje em dia estão indissolúvelmente ligadas à materialidade. A autora afirma que essa relação, entre social e material, não está suficientemente refletida nos estudos organizacionais, os quais tendem a ignorá-la, tomá-la como certa, ou tratá-la como um caso especial. O conceito de sociomaterialidade surge então para defender o ‘entrelaçamento constitutivo’ do social e do material na vida cotidiana, no âmbito das organizações. Em sua argumentação, Orlikowski (2007, p.1435) diz que o limite dado pelo campo organizacional está em “negligenciar as maneiras pelas quais a organização está ligada às formas materiais e aos espaços por meio dos quais os seres humanos agem e interagem”.

O interesse da perspectiva sociomaterial tem então dois focos: primeiro, argumentar que nossas formas primárias de lidar com a materialidade nas pesquisas organizacionais são conceitualmente problemáticas e; segundo, propor uma abordagem alternativa que coloca a materialidade como constitutiva da vida cotidiana (ORLIKOWSKI, 2007). E o que justifica este interesse é uma necessidade de entender as formas contemporâneas de organização, constituídas por tecnologias múltiplas, emergentes, em mudança, e interdependentes.

Com base nisso, Orlikowski (2007) apresenta duas maneiras (e conseqüentes desdobramentos) de lidar com a materialidade em estudos organizacionais, que num formato sistemático, são apresentadas da seguinte forma:

- 1) Estudos que desconsideram, minimizam ou tomam como certa a materialidade das organizações;
- 2) Estudos específicos de casos de adoção, difusão e uso da tecnologia, inter e intra organizações; porém gerando dificuldades conceituais de lidar de forma amplamente com a materialidade na pesquisa organizacional;

São estas dificuldades:

2a) Ver a adoção, difusão e uso da TI como fenômenos distintos e separados, considerando a materialidade ocasionalmente, por exemplo, quando surge uma nova TI. Faz com que se perca a noção de que cada prática organizacional é sempre vinculada com a materialidade;

2b) Os estudos de adoção, difusão e uso da TI trazem perspectivas limitadas e limitantes, centradas somente nos efeitos da TI (visão técnico-cêntrica, interessada em como a TI potencializa as ações humanas) ou somente na interação com a TI

(visão humano-cêntrica, preocupada com a forma com que o homem cria sentido e interage com a TI).

A principal crítica desenvolvida por Orlikowski (2007) está em que o item 2a, funcionalista e instrumentalista, presume uma TI estável, homogênea e previsível, que ignora como a tecnologia está ligada a influências históricas e culturais. Já no item 2b, a crítica está nesta visão reducionista que minimiza o papel da TI em si, que sai de vista na preocupação com o social. Desta forma, tais concepções remetem a uma visão de que os estudos organizacionais consideram o social e o material, porém, privilegiando aspectos humanos ou tecnologias, não os ligando numa reciprocidade mútua que considere que “o social e o material são intrinsecamente relacionados - não há social que não é também material, e nenhum material que não seja também social” (ORLIKOWSKI, 2007, p.1437).

Algumas abordagens particulares como, por exemplo, a *actor-networks* (CALLON, 1986; LATOUR, 1992; 2005 *apud* ORLIKOWSKI, 2007), vêm conseguindo considerar o social e o material em um mesmo registro, sem recair em um dualismo limitante, que os trata como fenômenos separados mesmo que estejam interagindo. O mérito particular dessas abordagens está então em buscar uma reconfiguração da noção de agência, que conforme Orlikowski (2007) não é uma característica inerente aos seres humanos, mas uma capacidade realizada através das associações de atores (humanos ou não humanos). Sendo assim, não é uma ‘capacidade de agir’, definida *a priori*, mas uma ‘capacidade de agir’ que é descoberta quando se estuda como mundos vêm a ser construídos (COOREN *et al.*, 2006 *apud* ORLIKOWSKI, 2007).

A visão construída pela sociomaterialidade sugere que se pode ter uma “visão analítica considerável” se o material e o social deixarem de ser vistos como esferas independentes da vida organizacional, substituindo a idéia de “materialidade como ‘substância pré-formada’ pela idéia de ‘relação realizada’” (ORLIKOWSKI, 2007, p.1438). Isto feito, poder-se-ia caracterizar o entrelaçamento constitutivo do social e material, da forma como estes surgem no contínuo de práticas situadas. Desta forma, é proposta a mudança da visão das práticas organizacionais enquanto “práticas sociais” (que reforça a idéia de que o material não é intrínseco à organização), para a visão das práticas organizacionais enquanto “sociomateriais”, permitindo expressar por meio da linguagem o entrelaçamento constitutivo do social e do material na vida organizacional cotidiana.

A fim de apresentar evidências do conceito de sociomaterialidade, que servem aqui para situar exemplos de um território que contempla a existência das TICs, dois exemplos empíricos podem ser utilizados (ORLIKOWSKI, 2007): o primeiro, trata da busca de informações mediada pelo motor de busca do Google (que traz resultados diferentes a buscas feitas em momentos e locais diferentes), e o segundo exemplo trata da comunicação móvel em uma empresa de investimentos (onde os funcionários, usuários assíduos de Blackberrys, dado seus envolvimento com esta TIC, tornam cada vez mais turvo o limite entre o trabalho e não-trabalho, apresentando conflitos entre os desejos, individuais e coletivos, sobre suas disponibilidades).

A análise feita sobre o motor de pesquisa do Google ilustra bem o entrelaçamento constitutivo, uma vez que o motor “varre” constantemente a *web* procurando pesquisas que estão sendo realizadas, e assim vai montando um *ranking* (o PageRank), como uma forma de popularidade dessas buscas. Esta é uma evidência de como os fatores humanos e tecnológicos interagem e geram resultados constituídos pela “performatividade de computadores, redes, software, algoritmos, diretórios, bancos de dados e infraestrutura; uma vez que esta é promulgada pela agência humana inerente ao seu *design*, construção e operação” (ORLIKOWSKI, 2007, p.1445). Esse processo une um conjunto de buscas, promovendo um

agrupamento de ações individuais, que se desfaz rapidamente, mas deixa um resultado naquele momento.

E não somente no processo de busca se verifica a sociomaterialidade, mas também nos impactos deste entrelaçamento que é, ao mesmo tempo, emergente e contingente. Ou seja, surge da prática e impacta a prática; surge do material e impacta o material. Orlikowski (2007, p.1445) afirma que “a performatividade do agrupamento sociomaterial [*sociomaterial assemblage*] é, portanto, passageira, frágil e fragmentada, o que implica incerteza e risco, produzindo resultados intencionais e não intencionais”, criando novos sentidos e (re)construindo constantemente a realidade organizacional potencializada pelos atores tecnológicos. Assim, é reforçado que as recentes abordagens da sociologia material, e dos estudos em ciência e tecnologia, oferecem vocabulários e orientações úteis para que se possa explorar a materialidade inserida na prática organizacional.

Observa-se que, frente aos conceitos e exemplos trazidos na abordagem de Orlikowski (2007), a sociomaterialidade está mais para um princípio (ou premissa), do que para um conjunto que prescreva práticas. A visão proposta cabe então para a análise de um território uma vez que “reconhece que todas as práticas são sempre e em todos os lugares sociomateriais, e que esta sociomaterialidade é constitutiva, moldando os contornos e as possibilidades” nas organizações (ORLIKOWSKI, 2007, p.1444-1445). Sendo um aspecto da prática, naturalmente, não se dissocia nas relações cotidianas, senão somente na análise destas. Como reforça a autora, estas relações são constituídas de vínculos “profundamente conseqüentes aos tipos de realidades organizacionais que estão sendo produzidos”, e notadamente entrelaçados nas relações entre humanos e tecnologia.

A emergência da visão sociomaterial pode ser verificada também na chamada para artigos da revista MIS Quarterly que pediu até o dia 26 de setembro de 2011, publicações que abordassem o entrelaçamento dos aspectos sociais e materiais dos Sistemas de Informação (SI) e das organizações, bem como publicações que trouxessem formas de pesquisar, compreender e conceituar a sociomaterialidade desses SI e dessas organizações. O grande propósito desta chamada esteve em “explorar novas formas de ver e teorizar Sistemas de Informação nas organizações e na sociedade, inspiradas e permitidas por uma visão de mundo sociomaterial emergente” (CECEZ-KECMANOVIC *et al.*, 2011, p.1).

Outros autores que abordam a temática da sociomaterialidade, como por exemplo Barad (2007), têm como ponto de partida que “a noção de sociomaterialidade implica que as coisas, tecnologias, pessoas e organizações não têm significado inerente, limites, ou propriedades determinados”. Portanto, refletir acerca desta afirmativa faz com que se excluam julgamentos antecipados dos resultados da interação entre humanos e tecnologias. E assim, da mesma forma como apresentou Orlikowski (2007), a pesquisa organizacional poderá considerar os aspectos materiais e sociais constitutivamente emaranhados, separando-os apenas analiticamente.

Nessa perspectiva, o objetivo dos estudos da sociomaterialidade está em tentar entender os significados temporais, limites e propriedades continuamente (re)produzidos no entrelaçamento de tecnologias, pessoas e organizações (PICKERING, 1995; PICKERING; GUZIK, 2008), a fim de se questionar e repensar a suposta separação ontológica entre social e tecnológico, sujeito e objeto, mundo de pessoas e mundo das coisas (BARAD, 2007). O fato é que são necessárias novas formas de análise entre essas dualidades sociais e materiais, que permitam conciliar a natureza tecnológica e a natureza humana/social dos Sistemas de Informação, investigando-os de forma abrangente e coerente (CECEZ-KECMANOVIC *et al.*, 2011).

Dessa forma, retomando um ponto apresentado por Orlikowski (2007), a perspectiva sociomaterial pode dar outro olhar analítico para aqueles estudos centrados na tecnologia, centrados nos aspectos sociais/organizacionais, e também àqueles que focam as práticas de

uso, adoção e adaptação de Sistemas de Informação (CECEZ-KECMANOVIC *et al.*, 2011). Esse novo olhar parte da complexidade natural existente na realidade organizacional, e não simplesmente conclui que a realidade é complexa. Tendo a perspectiva sociomaterial no início do estudo, outros olhares poderão ser dados ao emaranhado profundo dos Sistemas de Informação na prática das organizações, bem como olhares que busquem a “co-emergência, co-produção e mediação” deste emaranhado (CECEZ-KECMANOVIC *et al.*, 2011, p.1). Diante do exposto, e principalmente das ilustrações trazidas nos exemplos de Orlikowski (2007) tem-se na visão sociomaterial uma possibilidade de dar um suporte teórico analítico à análise territorial, considerando a complexidade do cotidiano organizacional, envolvido com aspectos sociais e materiais.

5. Discussões sobre o estudo de um “território virtual”

Esta seção contempla os conceitos já trazidos neste artigo, problematizando acerca de cruzamentos teóricos na análise e caracterização de um “território virtual”, ou seja, de um local com características econômicas, políticas, culturais e naturais; articulado por meio da internet, e mediado no uso das TICs. Inicialmente vale ressaltar que o estudo de um “território virtual” envolve elementos que *caracterizam* este território, e aspectos que permitem a *análise* desses elementos. São dois blocos teóricos (característicos e analíticos), de áreas de conhecimento distintas, e que inicialmente não se relacionam teoricamente. Mas, apesar da estranheza dos conteúdos aplicados de cada área (geografia e tecnologias), ambas são da grande área das ciências sociais aplicada, fato que as une, e não por acaso, quando se verifica a importância da tecnologia nas mudanças sociais.

Entendendo que a tecnologia é um ator bastante presente na sociedade atual e nas relações que a constitui, percebe-se que o conceito de território pode ser explorado por essa ótica: a visão do “território virtual”, ou seja, a visão territorial a partir das tecnologias. Porém, as afirmações aqui trazidas devem considerar um “território virtual” visto como espaço de governança (FERNANDES, 2009), ou seja, um território restrito e com uso específico, como o território utilizado por uma organização.

Para ver esse território como virtual, a lógica da virtualização, onde a realidade é sempre mutável, também se mostra importante. A virtualização surge como um princípio sucessivo, e até mesmo evolutivo, adaptando e recriando práticas, e logo sendo superada por sua própria criação, como ocorre na dinâmica territorial tradicional dos territórios-zona. O fato é que cada sociedade se apropria e produz sua realidade, segundo suas concepções, numa relação (i)material (de ideia e matéria), concreta e abstrata, teórica e prática; mas entendendo a prática no sentido trazido por Wenger (1998 *apud* Dourish, 2004), ou seja, enquanto processo em que se experiencia o mundo, e onde o engajamento com ele é significativo para o indivíduo. Essa concepção aproxima a visão dos autores da tecnologia e da geografia, pelo menos na visão de ter o indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, enquanto ponto de partida para estudar a realidade.

Entende-se que o estudo de um “território virtual” deva então iniciar por sua caracterização, partindo das definições existentes acerca do território tradicional, que ainda são mais numerosas e ricas do que as definições de territórios-rede. Uma primeira, mas essencial distinção daquilo que é virtual está em que, atualmente, usar TICs e transmitir informações pela rede não é tarefa difícil, nem restritivamente onerosa (uma vez que existem locais de acesso público à internet, e as TICs, pelo menos no Brasil, são bastante difundidas, como se vê na crescente da venda de *smartphones*, por exemplo (LIMA, 2012)). Essa realidade se mostra de suma importância na análise do território, uma vez que remete a uma troca da lógica do **ou/ou** (justaposição, sucessão), por uma lógica de **e/e** (sobreposição, simultaneidade) (DELEUZE; GUATTARI, 1996), combinando com a proposta da

multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004; 2007). Isso dito, pode-se presumir que a intensidade da interação tecnológica não tem necessariamente um limite econômico ou material, fato que torna comum a muitos a realidade de um “território virtual”, principalmente quando se tem o foco em realidades organizacionais.

Pensando no contexto de análise de um “território virtual”, destaca-se uma citação de Santos (2011), que consegue ilustrar a realidade em que o “território virtual” e sua análise se inserem.

Quando assisto televisão, ou me correspondo por e-mail, o entorno pode não importar muito à medida que estou mergulhado no drama que assisto ou nas palavras que escrevo. Mas um novo sentido de lugar emerge dessa mesma circunstância: ‘espaços virtuais’, como chamados, acompanhados das discussões sobre ‘realidade virtual’. Ao habitar um lugar virtual, tenho a impressão clara que as pessoas com as quais me comunico, ou aquelas a que assisto, embora não fisicamente presentes, apresentam-se, no entanto a mim, e eu a elas [...]: pareço compartilhar o ‘mesmo espaço’ com outros que estão de fato posicionados em algum outro lugar no planeta (CASEY, 1997 *apud* SANTOS, 2011, p.76).

As críticas de Orlikowski (2007) sobre os estudos que envolvem as Tecnologias de Informação, e a forma como a pesquisa de Santos (2011) tratou da relação homem-tecnologia, permitem verificar o equívoco conceitual de se considerar a materialidade da tecnologia como algo composto de possibilidades de interação pré-definidas. Assim, é possível verificar que, no limite, pode existir uma predisposição para que o resultado da interação sociomaterial indique características comuns nestas relações homem-tecnologia, porém, nenhum resultado pode ser tomado como certo.

Os fatores que podem inibir o indivíduo de explorar todas as características de uma mesma tecnologia são muitos, sobretudo se considerarmos indivíduos com experiências diferentes, e vivendo em realidades espaço-temporais diferentes. Como afirma Latour (1994 *apud* ORLIKOWSKI, 2007) é um erro começar com essências, seja dos sujeitos ou dos objetos. Assim, seria um erro definir uma ou outra característica do contexto tecnológico para que fosse identificada na interação entre humanos e tecnologias, e pré-definindo isso, provavelmente emergiriam situações influenciadas. Orlikowski (2007) lembra que os aspectos materiais (tecnológicos) e sociais (humanos) são indissociáveis na prática, sendo somente separáveis analiticamente. Assim, entende-se que a abordagem territorial na perspectiva geográfica se apresenta inicialmente como uma possibilidade de segregação, ou estratificação, das práticas presentes nas das relações sociomateriais.

Além disso, considerando o entendimento do conceito de agência (COOREN *et al.*, 2006 *apud* ORLIKOWSKI, 2007), é visível que a relação do social e do material também deva ser entendida como algo emergente da prática, assim, é a própria prática que deve ser analisada, mas sem pré-definir qualquer resultado de interação a ser analisado. O aspecto social é, em primeira análise, o que mais pesa sobre este “território virtual”, uma vez que muitos autores utilizados neste artigo (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2009), destacam que o território “não se trata de espaço num sentido genérico e abstrato, muito menos de um espaço natural-concreto. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído” (HAESBAERT, 2007, p.21). Por essa razão, o estudo do território em uma realidade organizacional permite definir um contexto que, em princípio numa perspectiva bergeriana, pode se organizar por processos ou fluxos, que envolvem atores (humanos e tecnológicos), com ações e objetivos definidos.

Assim, os reflexos da visão sociomaterial e da perspectiva de espaço e tempo enquanto dimensões imbricadas, fazem com que se inicie o estudo territorial considerando que a realidade se constitui na articulação de fluxos de informações, de indivíduos, e de aspectos materiais e imateriais. Isso dito, verifica-se que o estudo territorial deve dar atenção mais ao

movimento do que à posição dos atores, como propõe a visão de entrelaçamento constitutivo trazida por Orlikowski (2007). Da mesma forma, essa idéia corrobora com a visão de EspaçoTempo trazida por May e Thrift (2001), já que olha para a realidade como uma sucessão de eventos (HUGGETT, 1999) com uma carga simbólica aparente nos domínios inter-relacionados da organização da prática social; e assim denotando as influências e relações de poder presentes neste espaço-processo, tratado por “território virtual”.

6. Considerações Finais

É certo que outras perspectivas teóricas também podem ser agregadas ao estudo territorial, todavia, este artigo deu foco especial às visões imbricadas, ou indissociadas, que constituem uma nova realidade social, que convive cada vez mais com tecnologias nas atividades do cotidiano. No entendimento de que as perspectivas da Sociomaterialidade e do TempoEspaço sejam justas e factíveis para o estudo do território, entende-se que a análise territorial mereça ser discutida, revisando as dimensões econômica-política-cultural-natural num novo olhar, para um novo território.

Resgatando o objetivo de apresentar as perspectivas do TempoEspaço e da Sociomaterialidade enquanto visões que indissociam seus respectivos termos, considerados como pontos de destaque no estudo de um “território virtual”, entende-se ter atingido o mesmo, por meio das reflexões propostas com base nos autores evocados, e diante das discussões trazidas. Assim, entendendo ser possível definir um “território virtual” a partir das definições geográficas tradicionais, verifica-se como principal contribuição deste artigo a possibilidade de unir duas visões acadêmicas distintas (da geografia e das tecnologias), todavia, inegavelmente unas em uma perspectiva social.

Os efeitos e implicações das perspectivas analíticas da sociomaterialidade e da relação TempoEspaço não podem ser mensurados a priori, todavia a argumentação trazida apresenta indícios de implicações do entendimento do “território virtual” nas análises de realidades organizacionais, e também na relação indivíduo-tecnologia. Como sugestão para estudos futuros, verifica-se a possibilidade de realização de uma análise territorial em uma realidade organizacional, sob as perspectivas aqui propostas.

REFERÊNCIAS

- BARAD, K. **Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning**. Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- CECEZ-KECMANOVIC *et al.* On Sociomateriality of Information Systems and Organizing. **MIS Quarterly Special Issue**. Call for Papers. Disponível em: <http://www.misq.org/skin/frontend/default/misq/pdf/CurrentCalls/SI_Sociomateriality.pdf>. Acesso em: 27 Ago. 2011
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- DOURISH, P. What we talk about when we talk about context. **Personal and Ubiquitous Computing**, v.8, p.19–30, 2004.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v.9, n.17, 2007.
- _____. Novas territorialidades. Módulo: Geografia na contemporaneidade. Curadoria de Antonio Carlos Robert Moraes. Palestra: 2009. Disponível em:

<<http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogerio-haesbaert-da-costa/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

HUGGETT, N. **Space from Zeno to Einstein: classic readings with contemporary commentary**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

KAKIHARA, M.; SORENSEN, C. Expanding the 'Mobility' Concept. **ACM SIGGROUP Bulletin**, n.22, p.33-37, 2001.

LEONARDI, P. M.; BARLEY, S. R. Materiality and Change: Challenges to Building Better Theory About Technology and Organizing. **Information and Organization**, v.18, 2008. p. 159-176.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 2002. 160 p.

LIMA, H. C. Smartphones cresce nas vendas para público ávido por internet. **Jornal Primeira Página**. São Carlos, 2012. Documento eletrônico. Disponível em <<http://www.jornalpp.com.br/economia/item/6645-smartphones-cresce-nas-vendas-para-publico-avido-por-internet>>. Acesso em 14 fev. 2012.

MAY, J.; THRIFT, N. **TimeSpace: geographies of temporality**. London: Routledge, 2001.

ORLIKOWSKI, W. J. Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, 28:9, p. 1435-1448, 2007.

_____; SCOTT, S. V. Sociomateriality: Challenging the Separation of Technology, Work and Organization. **The Academy of Management Annals** (2:1), 2008. p. 433-474.

PICKERING, A. **The Mangle of Practice: Time, Agency, and Science**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

PICKERING, A; GUZIK, P. **The Mangle in Practice: Science, Society, and Becoming**. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

RAFFESTTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REBS, R. R. A Reprodução de Territórios Concretos no Ciberespaço: Um Estudo de Caso de Terceiros Lugares Reproduzidos no Second Life. In: X Seminário Internacional de Comunicação. **Anais ...** Porto Alegre, 2009.

SANTOS, H. M. **Trabalho Móvel: em trânsito por aeroportos e aviões**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011 (Tese de Doutorado).

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.